

19 DE ABRIL

Índio não festeja a data: protesta



Maioria dos índios, sem terras, vendeu artesanatos para conseguir alimentar suas famílias

Dom Luciano: mensagem objetiva

Os representantes das nações indígenas reunidos em Belo Horizonte aproveitaram o Dia do Índio também para manifestar o seu carinho pelo arcebispo de Mariana e presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, que ainda se encontra no Palácio Cristo Rei, onde se recupera do acidente automobilístico que sofreu em fevereiro. Impossibilitado de receber os índios, dom Luciano enviou-lhes uma mensagem através do arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araujo.

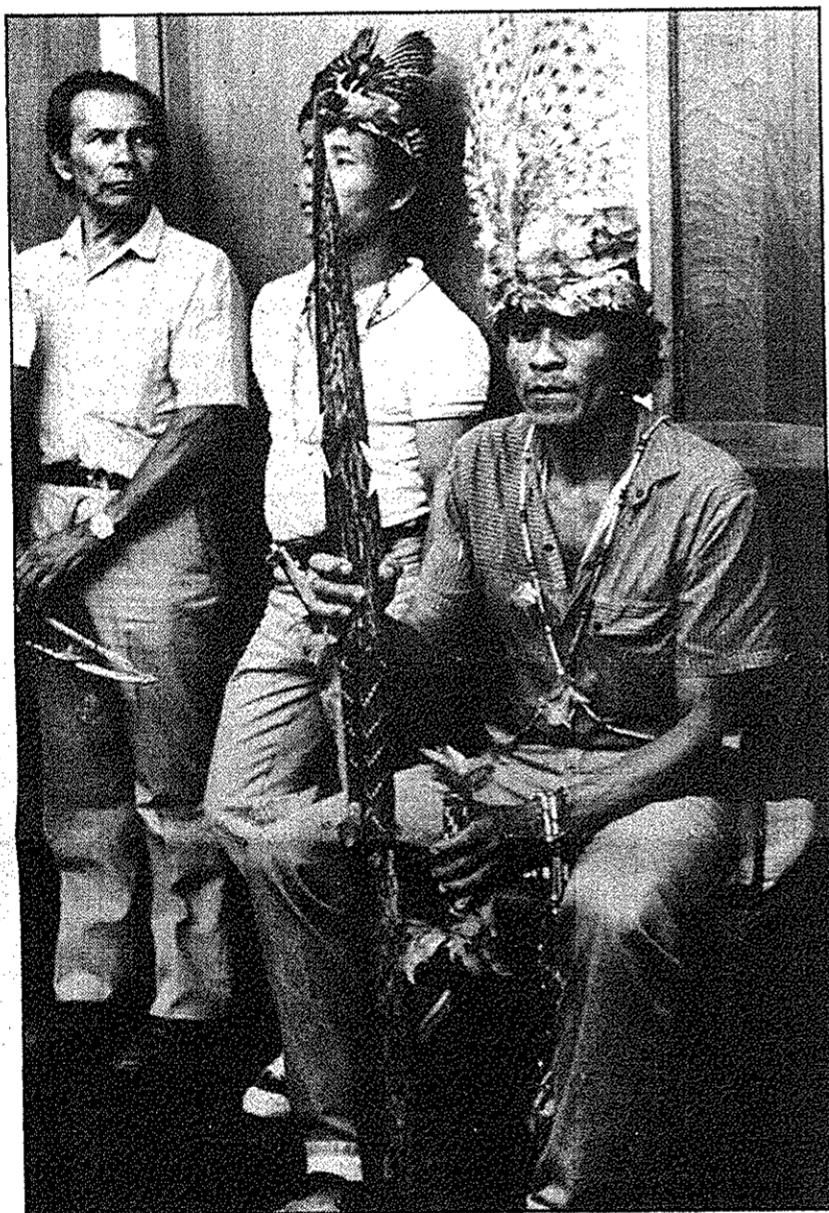
Na mensagem, dom Luciano assegurou aos índios "não só do interesse, mas da comunhão de esforços por parte da Igreja no Brasil, para a promoção dos direitos das nações indígenas". Como membro da Igreja, o arcebispo afirmou que gostaria, ao lado de todas as outras instituições ligadas à causa indígena, de contribuir para que, "neste momento da vida e da história do Brasil, nós tivéssemos o pleno reconhecimento desses direitos, que são o direito à vida, à terra, ao trabalho, à cultura e, enfim, a tudo o que significa a riqueza e a identidade de uma Nação Indígena".

No final do encontro, os índios entregaram a dom Serafim um cocar, um arco e uma machadinha, que doaram a dom Luciano com o pedido de que ele não se esqueça deles.

As preocupações manifestadas por dom Luciano, podem ser resumidas em uma única reivindicação: o cumprimento do que está escrito na Constituição brasileira, considerada pelo Cimi satisfatória, quanto aos direitos indígenas.

Entretanto, o coordenador do Cimi em Minas observa que, dois meses após a posse do novo governo federal, a situação dos índios ainda permanece indefinida. "Ao mesmo tempo que o ecologista José Lutzemberger — pessoa compromissada com a causa indígena — assume a Secretaria do Meio Ambiente, a Funai continua seu presidente e com a possibilidade de vir a ser vinculada ao Ministério da Justiça. Se isso acontecer será o caos", afirma Luiz Lobo, lembrando que o atual ministro da pasta, Bernardo Cabral, foi um dos grandes defensores na Constituinte, dos interesses dos fazendeiros e dos mineiros, que são os que mais prejudicam os povos indígenas.

Embora dizendo-se apreensiva diante do futuro que aguarda os índios brasileiros, a historiadora Geralda Soares, do Centro de Documentação Helói Ferreira da Silva, que já viveu de perto os problemas e a luta das tribos para se manterem, prefere aproveitar o 19 de abril para renovar as suas esperanças na causa indígena. A historiadora que morou durante sete anos com os Maxakali e agora está preparando o lançamento de um livro sobre a história dos Krenak, afirma que esses últimos já foram até mesmo considerados extintos e ainda estão aí. "Isso nos faz pensar que a luta dos índios irá possibilitar que eles ainda existam daqui a vários anos. A resistência desses povos, aliás, é a esperança que motiva o meu trabalho", afirma.



Das tribos dos Krenak e Pataxó sobrevivem poucos indígenas



Historiadora Geralda Soares ainda acredita numa solução



Jornalistas, ecologistas e políticos defendem as raças

Mesmo assegurados seus direitos na Constituição de 1988, esses povos continuam marginalizados

Vânia Queiroz (texto)

Mary Lane (fotos)

Sem ter o que comemorar, os índios brasileiros aproveitaram o seu dia, 19 de abril, para denunciar e protestar, em vários estados, contra o descaso das autoridades em relação aos povos indígenas. É que, apesar de terem os direitos básicos assegurados pela Constituição de 1988, eles continuam ameaçados de desaparecer, em todo o país, por falta de

terra, condições de trabalho e assistência à saúde. A situação torna-se ainda mais grave diante da omissão do atual governo — que havia prometido prioridade à questão indígena — que até agora ainda não tomou nenhuma medida concreta para garantir a cidadania aos índios e ninguém sabe dizer, ao certo, quais são os seus planos nesse sentido.

Para discutir a política indigenista do governo Collor e outros temas, cerca de 150 representantes de 30 povos indígenas participaram de 16 a 19 de abril, em Manaus, da II Assembléia Geral das Organizações Indígenas da Amazônia, promovida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab). Durante o encontro, que vinha sendo preparado desde abril do ano passado, além de avaliar o trabalho da Coiab, nesse primeiro ano de existência, os participantes traçaram planos para a atuação do movimento indígena na Amazônia no próximo ano. Estiveram presentes no encontro, entre outras, a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), o Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e a União das Nações Indígenas (UNI), do Amazonas, Acre e Tefé.

Dos 250 mil índios que habitam o território brasileiro, 60% vivem atualmente na Amazônia, onde enfrentam problemas diversos, entre eles, doenças como sarampo, gripe, tuberculose e malária levadas pelos garimpeiros, principais invasores da região. O maior exemplo de destruição progressiva dos povos indígenas no Norte do Brasil, já bastante denunciado pela imprensa, é o que está acontecendo com os Yanomami.

O drama desse povo começou em 1970, com a construção da Rodovia Perimetral Norte (BR-210), que abriu caminho para o avanço das empreiteiras, dos peões e dos garimpeiros. A partir de então, os Yanomami passaram a ser submetidos a um violento processo de invasão de suas terras, de sua cultura, acompanhado pela devastação da natureza.

Apesar dos protestos nacionais e internacionais, o processo

de destruição dos índios não foi interrompido nos últimos 20 anos. Dados do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia indicavam que, no ano passado, os grupos econômicos da mineração detinham, na Amazônia, uma área bloqueada de nada menos que 1,3 milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a 80% de toda a área requerida para a mineração no Brasil. Um ano antes, em 1988, o próprio presidente José Sarney havia reconhecido a existência, em território Yanomami, de cerca de 45 mil garimpeiros, enquanto entregava o governo do Estado de Roraima a Romero Jucá, ex-presidente da Funai, homem de confiança das mineradoras e dos empresários do garimpo.

Mas o descaso com os índios não parou aí, em fevereiro deste ano, o presidente Sarney assinou 19 decretos que dividem a área contínua dos Yanomami em 19 parcelas. Esses decretos — de acordo com o Movimento pela Cidadania — reduzem o território indígena em 70%, com relação às terras permanentemente ocupadas pelos índios. Além da redução, o que sobrou foi retalhado em 19 "ilhas", totalmente inadequadas para a sobrevivência desse povo.

Com isso, ficou cortado o acesso dos Yanomami a áreas mais extensas, de que precisam para a caça, a pesca e para os seus deslocamentos periódicos, necessários à regeneração ecológica de suas terras. Ainda segundo os levantamentos do Movimento de Ação pela Cidadania, a violência praticada contra os índios no Norte do Brasil, já reduziu em 15% a população Yanomami, anteriormente constituída por cerca de 10 mil pessoas.

"Os Yanomami, entretanto, são apenas um paradigma", afirma dom Erwin Krautler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do

Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo ele, o que sucede com esses povos acontece, em menor escala, também aos outros povos indígenas do Brasil.

A denúncia de dom Krautler pôde ser largamente compovada em Belo Horizonte, durante a semana que antecedeu o Dia do Índio. Representantes das tribos Krenak e Pataxó aproveitaram a data para reunirem-se com artistas, entidades ecológicas e partidos políticos para solicitar o seu apoio para a criação de um núcleo do Movimento de Ação pela Cidadania em Minas Gerais.

Esse núcleo, cuja atuação seria especificamente junto às quatro nações que habitam o território mineiro, teria a finalidade de tentar resgatar a cidadania dos índios, a partir das denúncias dos abusos cometidos contra a sua cultura, organização, religião e do desenvolvimento de projetos de agricultura e produção rural, que permitem a auto-sustentação das nações.

De acordo com o coordenador do Cimi em Minas, Luiz Lobo, que acompanhou os índios em suas reuniões em Belo Horizonte, a idéia foi bem aceita nos setores onde foi apresentada. Por isso, o objetivo agora é "fazer com que ela seja abraçada também por outros setores da sociedade, que precisavam ser alertados para a causa indígena". Para conseguir atingir esse propósito, uma nova reunião entre as entidades ecológicas, os partidos políticos, os artistas, o Cimi e os índios, juntamente com algum representante da Secretaria Nacional do Movimento de Ação pela Cidadania deverá acontecer, provavelmente em maio, quando será elaborado o primeiro projeto para atuação do núcleo no Estado, a partir da realidade dos índios daqui.

Minas: de 100 nações só restam quatro

Minas Gerais — que já foi habitada por mais de cem povos indígenas — possui atualmente em seu território somente quatro nações: Krenak, Maxakali, Xakriabá e Pataxó, localizados respectivamente nos municípios de Resplendor, Bertópolis, Itacarambi e Carmésia. Assim como acontece hoje com os Yanomami, a ocupação de Minas pelas frentes extrativistas, mineradoras e agropecuária foi com tamanha violência que resultou no extermínio quase total dos povos indígenas, que hoje somam no Estado um total aproximado de apenas 5.300 índios.

A sobrevivência dos que restaram, porém, continua sendo dificultada pela falta de terra para o cultivo, pela poluição dos rios, pela falta de assistência à saúde, perseguição de fazendeiros e o descaso das au-

toridades.

Durante o encontro com as entidades ecológicas em Belo Horizonte, na véspera do Dia do Índio, o líder dos Krenak, Valdemar, 30 anos, conhecido na tribo como Txo-Txo, lembrou que os Krenak sobrevivem atualmente em uma área de 126 hectares, sendo a maioria morro, que, além de dificultar o plantio, impossibilita o acesso dos índios à caça e à pesca. Ressaltando que tem orgulho por ser índio, Valdemar afirmou que os "índios não têm nenhum motivo para comemorar o seu dia com alegria".

Já o índio Kanátio, dos Pataxó, revelou que quando os índios estão reunidos em sua nação, eles comemoram muito o seu dia. Embora saibam que o mais importante é aproveitar a data instituída pelo branco, para denunciar os abusos que so-

frem e reivindicar o cumprimento dos seus direitos.

Esse, aliás, foi um dos motivos que justificou a vinda dos representantes indígenas a Belo Horizonte. Na ocasião eles aproveitaram para denunciar, principalmente, os abusos cometidos contra os Maxakali. Os representantes dessa nação foram impedidos de participar da reunião dos índios pela criação do Movimento de Ação pela Cidadania em Minas, porque os fazendeiros cercaram a estrada da saída da região. Além disso, a casa das duas religiosas que viviam no local, há cerca de 8 anos, foi cercada por dois pistoleiros, sendo apedrejada durante a noite de 18 de abril. Para evitar maiores atritos, as religiosas resolveram deixar a região até que sejam tomadas providências para garantir a sua segurança no local.

Onde vivem os povos indígenas

Em Minas Gerais, a população indígena de menos de seis mil pessoas das quatro nações — Krenak, Pataxó, Maxakali e Xakriabá — vive às voltas com problemas de saúde, perseguições de fazendeiros e grileiros e o descaso das autoridades.

Krenak — Remanescentes dos antigos Botocudos, os 150 Krenak vivem em uma reserva de 150 hectares em 1920 pelo governador Arthur Bernardes. Seus problemas começaram em 1958, quando foram obrigados a se transferir para a área dos Maxakali, expulsos pela expansão agropecuária e pela mineração. Voltaram três anos depois e, em 1972, foram novamente transferi-

dos, desta vez para a Fazenda Guarani, no Vale do Aço. Em maio de 1980, eles voltaram outra vez para Resplendor, onde lutam pela posse de seu território.

Maxakali — O território onde viviam, até o início do século XX, abrangia uma vasta região entre os Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Hoje, os 600 índios Maxakali estão em uma reserva de 3.133 hectares no município de Bertópolis, no Vale do Mucuri, demarcada pelo governo federal em 1940 (Água Boa) e em 1955 (Pradinho). Essas duas áreas são separadas por fazendas de criação de gado, cujos proprietários representam uma constante ameaça à

sua integridade.

Pataxó — Originários do Sul da Bahia, de onde foram expulsos na década de 50, os Pataxó se dispersaram e parte deles foi para a reserva de Carmésia, a Fazenda Guarani, no Vale do Aço, em 1972, depois de uma questão não resolvida com o IBDF.

Xakriabá — São 4.600 índios, a maior população indígena do Estado. Vivem em uma área de 43 mil hectares, no município de Itacarambi, no Norte de Minas. Desde a década de 60, os Xakriabá vêm suas terras ameaçadas pela ação de fazendeiros da região e de posseiros que reivindicam direitos em parte do território.